

**GÊNERO E RAÇA NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA: um mapeamento sistemático do campo científico de
produção de conhecimento**

**GENDER AND RACE IN TEACHING IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION:
a systematic mapping of the scientific field of knowledge production**

**GÉNERO Y RAZA EN LA DOCENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR
BRASILEÑA: un mapeo sistemático del campo científico de producción de conocimiento**

Fabiane Aparecida Santos Clemente-Salles¹
<https://orcid.org/0000-0003-3214-428X>

¹ Doutorado em Educação pela *Universidad de la Empresa* (UDE). Professora Adjunta na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Barra do Garças, Mato Grosso - MT, Brasil. Cep.: 78.600-000. E-mail: fabiane.clemente@ufmt.br

RESUMO

Os indicadores sociais de gênero e raça atuam como definidores de espaços, tornando essencial a análise dessa dimensão nas interações raciais e de gênero. Nas diversas configurações dos ambientes sociais, percebe-se uma distinção de lugares entre mulheres e/ou homens, assim como entre brancos e negros. Diante disso, é importante reforçar discussões, estudos e pesquisas que tragam à tona questões como racismo, sexismo, bem como a teoria interseccional e os estudos empíricos que a envolvem, em especial na educação superior. A partir de um mapeamento sistemático com análise de documentos (teses e dissertações) publicados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações da CAPES, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o panorama dos estudos sobre questões raciais e de gênero relativas à docência no âmbito da educação superior brasileira. A metodologia adotada contempla uma análise qualitativa, pesquisa bibliográfica, uso do protocolo PRISMA e análise de conteúdo, com análise inicial de 143 documentos. Foi identificado o aumento no número de pesquisas a partir de 2015; associações significativas em relação à interseção de gênero e raça nesse contexto e um número maior de estudos direcionados ao público discente, se comparado ao público docente. As categorias de análise "desafios" e "trajetórias" corroboram com a literatura: escassez de docentes negras, necessidade de articulação de políticas públicas e institucionais efetivas, ações emergenciais para lutar contra o racismo estrutural e sexismo, bem como a resistência e luta como alicerces de mudanças.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Educação Superior.

ABSTRACT

Social indicators of gender and race act as space definers, making it essential to analyze this dimension in racial and gender interactions. In the various configurations of social environments, a distinction is perceived between women and/or men, as well as whites and blacks. In view of this, it is important to reinforce discussions, studies and research that bring to light issues such as racism, sexism, as well as intersectional theory and the empirical studies that involve it, especially in higher education. Based on a systematic mapping and analysis of documents

(theses and dissertations) published in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of CAPES, this research had the general objective To analyze the landscape of studies on racial and gender issues related to teaching in the context of Brazilian higher education. The methodology adopted includes qualitative analysis, bibliographic research, use of the PRISMA protocol and content analysis with an initial analysis of 143 documents. An increase in the number of studies was identified since 2015; significant associations regarding the intersection of gender and race in this context and a greater number of studies aimed at students compared to teachers. The analysis categories challenges and trajectories corroborate the literature: shortage of black female teachers, need for articulation of effective public and institutional policies, emergency actions to fight against structural racism and sexism, as well as resistance and struggle as foundations for change.

Keywords: Race. Gender. Higher Education.

RESUMEN

Los indicadores sociales de género y raza actúan como definidores del espacio, haciendo esencial el análisis de esta dimensión en las interacciones raciales y de género. En las diferentes configuraciones de entornos sociales, existe una distinción entre mujeres y/o hombres, así como entre blancos y negros. Ante esto, es importante reforzar discusiones, estudios e investigaciones que saquen a la luz temas como el racismo, el sexismo, así como la teoría interseccional y los estudios empíricos que la involucran, especialmente en la educación superior. A partir de un mapeo sistemático con análisis de documentos (tesis y disertaciones) publicados en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) de la CAPES, esta investigación tuvo como objetivo general Analizar el panorama de los estudios sobre cuestiones raciales y de género relacionadas con la docencia en el ámbito de la educación superior brasileña. La metodología adoptada incluye un análisis cualitativo, investigación bibliográfica, uso del protocolo PRISMA y análisis de contenido con análisis inicial de 143 documentos. Se identificó un aumento en el número de búsquedas a partir de 2015; asociaciones significativas en relación a la intersección de género y raza en este contexto y un mayor número de estudios dirigidos al público estudiantil respecto al público docente. Las categorías de análisis, desafíos y trayectorias corroboran la literatura: escasez de docentes negros, necesidad de articular políticas públicas e institucionales efectivas, acciones de emergencia para combatir el racismo y el sexismo estructural, así como la resistencia y la lucha como fundamentos para el cambio.

Palabras clave: Carrera. Género. Educación Superior.

INTRODUÇÃO

Os temas relacionados à raça e gênero na profissão docente no Brasil são de extrema importância e complexidade, uma vez que envolvem desafios que têm raízes históricas, sociais e estruturais. A educação no país, assim como em diversas nações, é marcada por desigualdades que impactam de maneira direta a vivência de educadores e educadoras, assim como a de alunos. No Brasil, políticas públicas têm sido adotadas com o intuito de fomentar a equidade racial e de gênero na educação. Essas medidas têm como objetivo não só assegurar direitos, mas também modificar a cultura dentro das instituições de ensino, tornando-as mais inclusivas e refletindo melhor a diversidade presente na sociedade brasileira.

Legislações importantes vêm sendo criadas, principalmente neste século. Leis como a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), conhecida como Lei de Cotas, a Lei nº 12.288/2010 (Brasil, 2010), que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), a Lei nº 12.990/2014 (Brasil, 2014) em concursos públicos para docentes, e a Lei nº 11.645/2008

(Brasil, 2008), entre outras, são legislações que buscam a valorização da diversidade cultural e étnica dentro da sociedade brasileira.

Sabe-se, portanto, que a implementação bem-sucedida e efetiva dessas políticas encontra obstáculos expressivos, incluindo a resistência cultural às transformações, a demanda por capacitação contínua de professores e a falta de recursos didáticos que retratem a diversidade cultural e de gênero. Para superar essas dificuldades, é necessário um trabalho colaborativo entre o governo, as instituições de ensino e a sociedade como um todo, com o intuito de desenvolver uma educação mais inclusiva e representativa.

Aliado a isso, estudos vêm sendo desenvolvidos e precisam se afirmar como essenciais para a evolução científica desse campo. Pesquisas voltadas para análises e reflexões sobre as temáticas envolvendo discentes são mais abrangentes do que os estudos voltados para os docentes, em especial da educação superior.

Ainda assim, algumas temáticas relacionadas à raça e gênero na atuação de docentes no ensino superior brasileiro têm sido investigadas, revelando desigualdades consideráveis nesse cenário. Pesquisas demonstram que a maioria do corpo docente é composta por homens brancos, o que evidencia as diferenças raciais e de gênero presentes nas instituições de educação superior (Ferreira; Teixeira; Ferreira, 2022).

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar o panorama dos estudos sobre questões raciais e de gênero relativas à docência no âmbito da educação superior brasileira. A proposta metodológica abrange uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica, com a adoção do Protocolo PRISMA (2020) e análise de conteúdo (Bardin, 2016) como referência. Salienta-se que o Protocolo PRISMA refere-se a *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*, ou seja são os Itens Preferenciais para Relatórios de Revisões Sistemáticas e Metanálises.

METODOLOGIA

Esse artigo teve como caminho metodológico o estudo do tipo qualitativo, exploratório e descritivo, bibliográfico, com uso de mapeamento sistemático por meio do Protocolo PRISMA e análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016). Quanto à fonte de busca, essa foi realizada no Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 21/02/2025.

A plataforma escolhida envolve publicações oriundas de pesquisas realizadas em programas de Mestrado e Doutorado no Brasil, tornando-se uma fonte de documentos que permitiu a inclusão dos filtros que possibilitam alcançar os objetivos propostos. Os filtros adotados para busca foram: “Gênero”; “Raça”; “Educação Superior” “em qualquer um dos campos”; incluindo “docência” ou “docente” “em qualquer um dos campos”, o que retornou um total de 143 documentos, sendo 104 dissertações e 39 teses. Os itens de checagem do Protocolo PRISMA (2020) para elaboração de revisões sistemáticas foram seguidos. Galvão e Tiguman (2022) apresentaram um quadro com o *check list* propondo o passo a passo a partir das alterações realizadas pelo protocolo PRISMA (2020) também usada como referência para elaboração desse estudo. A revisão sistemática se justifica em virtude de um escasso número de publicações no que tange às discussões de políticas sociais voltadas aos docentes no âmbito da educação superior.

Na justificativa quanto ao tipo de documento, trata-se apenas de publicações científicas, teses e dissertações, pois possuem o rigor metodológico científico e são oriundas de Programas de Pós-Graduação no contexto brasileiro. O idioma da busca foi o português, uma vez que se trata de um banco de dissertações e teses no contexto brasileiro. Mesmo que as que são publicadas em inglês possuem também a sua versão em português. Quanto aos critérios de inclusão e exclusão, foram assim definidos:

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão adotados

Critério	Justificativa
CI1: A publicação discute a questão racial na docência no âmbito da educação superior	O critério de inclusão foi adotado por responder os objetivos e as perguntas centrais de pesquisa. Ele delimita a abrangência dos artigos a serem analisados
CE1: A publicação discute a questão racial em outros contextos	O foco dessa pesquisa são estudos que discutem questões raciais na docência no âmbito da educação superior. Diante disso, outros contextos como Educação básica, educação informal, empresas, entre outros não foram considerados.
CE2: A publicação discute questões raciais envolvendo discentes (exemplo, formação de professores; política cotas)	O objetivo central é análise sobre questões raciais a partir do trabalho docente na educação superior. Apesar de existirem várias discussões sobre questões raciais principalmente voltadas para discentes, como política de cotas, por exemplo, a discussão central dessa pesquisa não contempla essa análise, apesar de ser tão importante quanto.
CE3: A publicação não está no idioma selecionado	Foram considerados documentos em português, por seu uso majoritário em publicações científicas e ser obrigatório nessa base.
CE4: A publicação não possui texto completo disponível	Não foram considerados os arquivos onde não foi possível sua análise de texto completo, por não permitir acessar dados importantes que embasassem as análises dos textos.

Fonte: Elaboração pela autora (2025)

Estes critérios foram baseados no objetivo proposto deste mapeamento sistemático. As publicações relevantes são aquelas que definem e utilizam as questões raciais relacionadas aos docentes na educação superior, que foram o eixo principal de análise nesse mapeamento sistemático. Para conduzir a busca pelos artigos, a pesquisadora executou as *strings* de busca na base de dados selecionada, armazenando o conjunto de referências retornadas em Excel para posterior análise.

No primeiro momento, todos os documentos foram baixados. Os textos duplicados foram identificados. Do total de 143 documentos analisados, 4 estavam duplicados restando 139 para a análise do primeiro crivo. Em cada fase, havia uma reunião para checagem de informações e congruências. O processo de execução do Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) foi estruturado em três etapas:

- Seleção Preliminar (1º Filtro): Foi criada uma planilha Excel, com Identificador Digital (ID) de cada documento, autor, palavras-chave, título, ano de defesa, Universidade e Programa de pós-graduação vinculados, resumo. A partir desse documento chave, nessa fase, a pesquisadora avaliou o título, resumo e palavras-chave do conjunto de documentos retornados a partir dos critérios de busca adotados e os critérios de inclusão e exclusão predefinidos. Em casos de dúvidas sobre alguma publicação, a pesquisadora a manteve para análise na etapa subsequente do processo de seleção. Caso não estivesse claro que se tratava principalmente das discussões raciais no trabalho docente na educação superior, esse documento era mantido para uma posterior análise mais aprofundada. Diante disso, dos 143 documentos retornados, 04 foram excluídos por estarem duplicados e 71 foram aprovados para a segunda etapa.

- Eliminação por Leitura Diagonal (2º Filtro): Esta etapa consistiu em uma leitura diagonal (introdução e conclusão) dos documentos selecionados, com o propósito de verificar se estavam associados às questões de pesquisa. Os critérios de inclusão e exclusão foram novamente aplicados. Em situações de indecisão quanto à exclusão de um artigo específico, este permanecia na lista de seleção para a etapa subsequente. No caso do documento ser uma pesquisa em outro contexto (não a Educação Superior) e com outro público (como discentes) concomitantemente, este era categorizado como CE1. Restaram 37 documentos para a terceira fase, que foram lidos integralmente para análise e aplicação do último filtro.

- Seleção Final (3º Filtro): Após a conclusão do segundo filtro, o terceiro e último filtro foi implementado. Uma leitura completa dos documentos selecionados no segundo filtro foi realizada. Nessa etapa também, os documentos que constam discussões com diversos públicos, incluindo docentes foram excluídos (foram categorizados como CE2). Só foram considerados

estudos que traziam exclusivamente as temáticas envolvendo docentes na educação superior. Essa revisão marcou o término do processo de seleção dos artigos, finalizando com 22 documentos a serem trabalhados na íntegra.

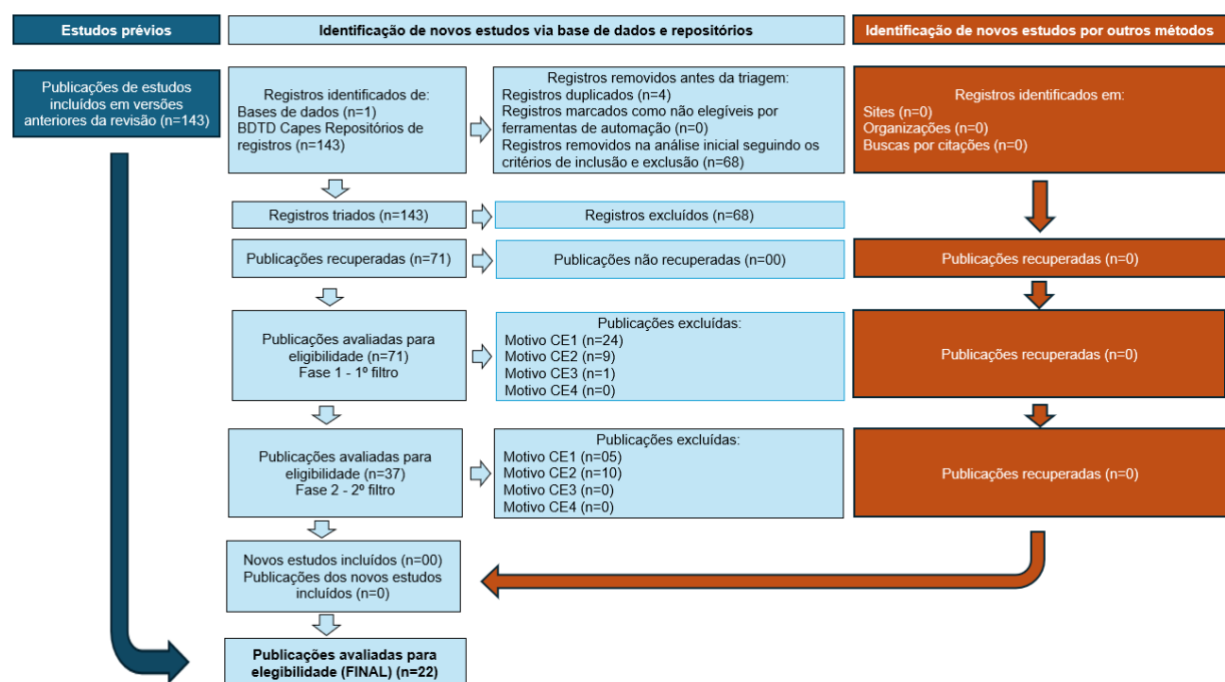
Tabela 1 – Número de documentos em cada fase de análise

FASES	Doc. duplicados	CI1	CE1	CE2	CE3	CE4
Análise inicial (143 documentos analisados)	4	71	51	17	00	00
Seleção Preliminar (1º Filtro) – 71 documentos analisados	00	37	24	09	01	00
Eliminação por Leitura Diagonal (2º Filtro) – 37 documentos	00	22	05	10	00	00
Seleção Final (3º Filtro)	00	22	00	00	00	00

Fonte: Elaboração pela autora (2025)

Assim, dos 37 documentos analisados na íntegra, restaram dessa análise um total de 22 documentos que compuseram a análise final dessa pesquisa. Desse total, 01 publicação é do ano de 2008 e os demais sendo realizados a partir do ano de 2015, perfazendo um total de 07 teses de Doutorado e 15 dissertações de Mestrado. Apresenta-se na figura 1, o fluxo final da metodologia a partir do protocolo PRISMA 2020 adotado.

Figura 1 – Modelo de fluxograma PRISMA 2020 para revisões sistemáticas



Fonte: Construído para essa pesquisa a partir de Boers (2018); Mayo-Wilson *et al.* (2018) e Stovold *et al.* (2014), disponível em Page (2021)

Quanto às categorias de análises, foram definidas duas a partir dos resultados, a saber: Desafios e Trajetórias. Essas duas categorias foram identificadas a partir das leituras dos artigos, ou seja, definidas à *posteriori*. Entende-se que essas categorias de análise contemplam uma possibilidade de discussão que envolvem as dinâmicas de poder, das formas de discriminação e racismo, bem como problemas enfrentados pelos docentes em sua trajetória pessoal e profissional, as formas de resistência no contexto do ensino superior no Brasil e outros assuntos relacionados às temáticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As teorias relacionadas à raça e ao gênero no ensino superior brasileiro estão intimamente ligadas às problemáticas sociais, históricas e políticas que permeiam o país. Nos últimos anos, os diálogos a respeito da intersecção dessas categorias na educação têm se tornado mais significativos, à medida que se procura enfrentar as desigualdades existentes no âmbito da educação superior, especialmente no que diz respeito ao acesso, à permanência e ao sucesso acadêmico de grupos marginalizados. Pesquisas vêm apontando uma problemática crítica e contemporânea que não pode ser ignorada: a persistente desigualdade de gênero e raça nas instituições acadêmicas.

Essa questão é mais do que um mero ponto de pauta. Ela representa um obstáculo significativo à formação de um conhecimento verdadeiramente plural. A predominância de homens brancos em posições docentes não apenas silencia vozes fundamentais, mas também limita a variedade de perspectivas e, conseqüentemente, a riqueza do saber produzido. Diante disso, a categoria Desafios começa a ser apresentada.

Os resultados desse estudo apontam que há um aumento de pesquisas que abordam as duas temáticas, principalmente a partir do ano de 2015. Corroborando com os achados de Ferreira, Teixeira e Teixeira (2022), Siqueira *et al.* (2016) e Morcelle, Freitas e Ludwig (2019) no que tange às discussões de docentes em atuação no campo da pesquisa, os resultados compactuam com os achados dos autores quanto à predominância de homens brancos nestes espaços considerados de maior prestígio social. A este respeito, destacam a sub-representação de mulheres, em especial as negras, no campo científico brasileiro, desde a iniciação científica até a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa.

Também como resultado, houve a predominância de discussões com pesquisas relacionadas a mulheres negras (11 documentos) bem como de mulheres na docência no âmbito da educação superior (07 documentos). Houve 01 documento com pesquisa voltada para as mulheres surdas, 02 documentos com assuntos relacionados à LGBTQIA+ e 01 documento de gênero de um modo geral. Destaca-se que a sigla LGBTQIA+ representa a diversidade de orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, sendo composta por: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais, e o “+” inclui outras identidades e orientações que não estão explicitamente representadas nas letras anteriores, como pansexuais, não-binários, entre outros.

Os estudos vêm sempre apresentando uma perspectiva crítica sobre as temáticas, no sentido de trazer as problematizações e aspectos que estão arraigados no espaço educacional brasileiro. Assim, diante de um número maior de estudos que discutem sobre as mulheres negras, as teorias que são apresentadas trazem a questão da interseccionalidade como um debate contemporâneo. A teoria de destaque nas discussões aqui analisadas é a Teoria Crítica de Raça (CRT), que de alguma forma aparece em 16 do total de 22 documentos analisados, tendo a autora de referência a pesquisadora Kimberlé Crenshaw (2002), como principal autora dessa corrente.

Iniciadas suas discussões nos Estados Unidos, a CRT exerce uma influência significativa no Brasil, especialmente em debates sobre racismo estrutural e discriminação racial nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, o racismo não se limita a atos pontuais de discriminação, mas está profundamente incorporado nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Crenshaw (2002) sustentava que as análises que abordam as opressões de forma separada, como gênero ou raça, não conseguem refletir a complexidade das vivências de indivíduos que pertencem a diversos grupos marginalizados. Assim, uma mulher negra, por exemplo, não vivencia a opressão apenas na perspectiva de ser mulher ou de ser negra, mas sim de forma interligada, resultando em uma dinâmica singular de discriminação. “Para o enfrentamento do racismo é necessária uma ressignificação da educação escolar, com uma proposição que valorize as relações étnico-raciais” (Araujo; Medina, 2024, p. 18).

Aliada a essa teoria, discussões sobre a decolonialidade também acompanham o debate. Na perspectiva de raça e gênero, desafia a maneira como a universidade favorece uma perspectiva eurocêntrica e ignora as contribuições de grupos marginalizados. A partir da

análise, foram selecionadas palavras que apareciam de forma recorrente nos documentos e buscou-se quantificá-las, sendo apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 2 – As dez palavras identificadas de forma mais recorrente nos documentos

Palavras	Número de vezes que aparece	Número de documentos em que aparece
Negra	4292	20
Negro	2770	20
Poder	1676	21
Racismo	1484	21
Cultura	1452	21
Igualdade	1181	21
Sexual	1008	21
Classe	966	21
Branca	961	21
Branco	909	20

Fonte: Elaboração pela autora (2025)

A tabela 2 acima apresenta as dez palavras mais citadas na pesquisa dos documentos. Foram também pesquisadas as palavras: Violência; Desigualdade; Respeito; Preta; Preconceito; Interseccional; Dificuldade; Preto; Indígena; Justiça; Patriarcal; Branqueamento; Eurocentrismo; Intercultural¹. As palavras pesquisadas estão contempladas, de alguma forma, nas duas categorias de análise definidas no estudo. As palavras que mais apareceram foram negro/negra e isso se sustenta também pelo maior número de pesquisas envolvendo Raça e Gênero simultaneamente, em especial, sobre mulheres negras na docência no âmbito da educação superior.

Os desafios envolvendo a raça e gênero na profissão docente no ensino superior no Brasil são intrincados, abrangendo uma variedade de aspectos estruturais, históricos e culturais que impactam de forma significativa a trajetória acadêmica e profissional de professores e professoras negras. Corroborando com a literatura, os estudos apresentam e reafirmam a necessidade urgente de se debater o racismo (1484 vezes em 21 documentos), mas também de se ter ações efetivas de combate ao mesmo que se encontra arraigado não somente nas instituições de ensino superior, mas em toda a sociedade brasileira. Isso se manifesta em práticas discriminatórias cada vez mais visíveis no cotidiano brasileiro.

A baixa representatividade de docentes negros e negras na educação superior é um desafio que fica evidente nas pesquisas analisadas. Muitas vezes, esse tipo de racismo é ignorado ou não reconhecido, resultando em obstáculos para a ascensão desses docentes.

¹ As palavras pesquisadas estão apresentadas em ordem decrescente de número de citações.

O grande hiato existente entre negros e brancos nos campos econômico, social e educacional, é decorrência do racismo institucional, que encontra suporte na atuação histórica do Estado representado pela ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, sustentáculos deste tipo de racismo (Pace, 2019, p. 239).

As políticas públicas aparecem em discussões como um recurso que precisa ser reavaliado e implementado de forma efetiva. Políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino superior do Brasil, como as cotas para grupos raciais e de gênero, ainda apresentam limitações e frequentemente não conseguem assegurar a igualdade efetiva na contratação e na permanência de professores e professoras negras e mulheres.

Um dos estudos analisados, intitulado “O papel das comissões de heteroidentificação, como mecanismo efetivo de seleção de negros aos cargos das universidades públicas federais”, da autora Ângela Ferreira Pace (2029), apresenta os três tipos de políticas públicas de combate às desigualdades raciais comuns no Brasil, que são: ações repressivas; ações valorizativas e ações afirmativas.

As ações valorizativas, que objetivam o reconhecimento à pluralidade étnica e cultural dos negros e sua contribuição para a formação da nação, em enfrentamento aos estereótipos negativos historicamente constituídos; e as ações afirmativas que visam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados nos espaços educacionais, políticos, culturais, econômicos, sociais e institucionais, por meio da adoção de medidas temporárias que permitam um tratamento diferenciado com vistas a reverter um contexto de discriminação e exclusão (Pace, 2019, p. 232).

Ainda assim, apesar da evolução nas constituições de políticas públicas nas três esferas, vários problemas envolvem a efetiva implementação de tais políticas. “Mostrou-se provada a presença do racismo institucional que influi nos processos históricos, sociais e políticos” (Pace, 2019, p. 239).

Outros desafios apontados se apresentam como: 1) a falta de representatividade de docentes negros e negras, indígenas e grupos subalternizados em cargos de autoridade e de tomada de decisão nas instituições de educação superior; 2) o racismo estrutural velado que se configura como um dos “recursos” que fortalecem a não ascensão e ingresso de docentes negros, negras, indígenas e LGBTQIA+ nos concursos públicos para docentes; 3) a falta de valorização da carreira docente desse público, incluindo a falta de apoio financeiro como bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) de alta qualificação para tal

público; 4) o viés racista e/ou sexista na avaliação de trabalhos acadêmicos e; 5) a ausência de produção acadêmica de intelectuais negras nos componentes curriculares.

A interseccionalidade aparece como uma base teórica que vem fundamentando estudos que contemplam principalmente mulheres negras, com discussões que se apresentam em Kimberlé Crenshaw (2002) bem como os debates trazidos por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Heleieth Saffioti, María Lugones, Bell Hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Rita Segato, Julieta Paredes, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Carla Akotirene, Marlene Wayar, entre outras. “Ressalta que o processo de produzir conhecimento sobre as mulheres negras não ocorre de maneira pacífica, é marcado por enfrentamentos e tensões acerca da competência e validade científica de suas produções” (Silva, 2019, p. 26).

Discutida como ferramenta analítica, a interseccionalidade propicia uma visão crítica que possibilita entender as identidades marginalizadas, considerando as políticas identitárias que fundamentam lógicas de discriminação e preconceitos relacionados a classe, raça, gênero e sexualidade, todas entrelaçadas pela herança colonial e capitalista. Dessa forma, é fundamental incorporar à análise quando se trata da temática interseccional uma abordagem geopolítica que situe as diferentes formas de opressão (D’Ávila, 2022).

O termo raça aparece como uma construção social, amparado pelas discussões principalmente de Frantz Fanon (2008, 2011) e Stuart Hall (1997, 2003, 2003a). Apresenta que tem sido empregada para classificar e marginalizar comunidades, principalmente por meio de sistemas de colonialismo, escravidão e segregação. Acompanhada de uma discussão ou apresentação do racismo estrutural, que se refere a práticas discriminatórias enraizadas no sistema, influencia as chances e a qualidade de vida de indivíduos negros, indígenas e outras minorias étnicas. Nos documentos analisados, as teorias se aprofundam mais em interseccionalidade e não foi identificada na análise o aprofundamento dos conceitos de raça e gênero.

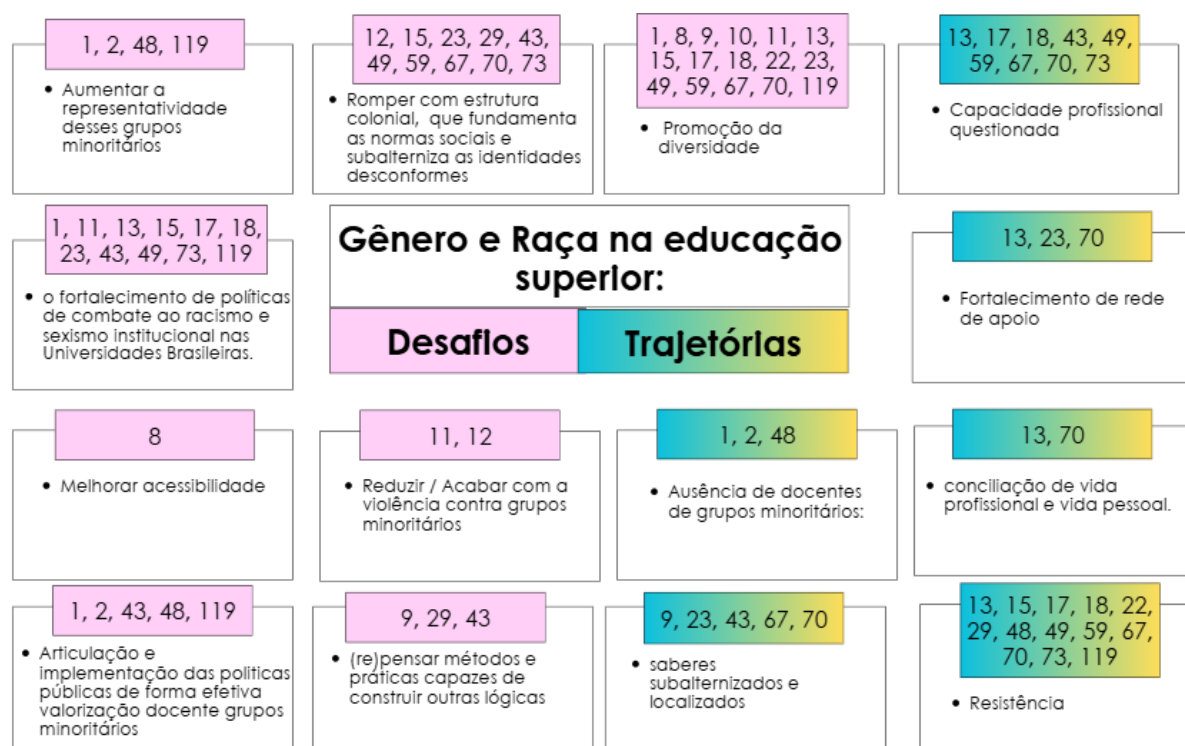
Como apresentado, o termo gênero diz respeito a um conjunto de atributos, condutas, funções sociais e expectativas que a sociedade associa ao sexo biológico de um indivíduo. No entanto, na literatura atual, a ideia de gênero ultrapassa a simples divisão entre masculino e feminino, explorando identidades de gênero e papéis sociais que são dinâmicos e influenciados por contextos sociais, culturais e históricos. Aportando teóricos como Michel Foucault e outros, a noção de gênero é entendida como algo dinâmico, rompendo com as classificações

tradicionais de masculino e feminino, questionando as normas heteronormativas e investigando as oportunidades de vivências que transcendem o binarismo de gênero.

Assim, parte-se para a segunda categoria de análise: trajetória. A palavra trajetória aparece em 21 documentos e é citada 672 vezes. Nas pesquisas de campo, aparece como um recurso essencial para dar voz à realidade no universo da educação superior. Nos estudos, reforçam, por meio dos estudos de caso, todos os desafios apontados nas pesquisas e na literatura. É possível, portanto, inferir que as trajetórias se apresentam como uma aliança para a busca de mudança.

Essa pesquisa também permitiu, não com a pretensão de delimitação, mas de norteamento para pesquisas futuras, a criação de uma figura contemplando os principais desafios e sua relação com as trajetórias apresentadas, aliados às discussões da literatura.

Figura 2 – Desafios e trajetórias



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Entende-se que a figura 2 apresenta-se como um resumo, sem a pretensão de esgotar as discussões e, principalmente, não limitando a riqueza dos resultados e discussões apresentados nos estudos a apenas uma figura. O objetivo central é apresentar um caminho, estabelecendo assim uma síntese que busque explicitar um pouco da imensidão subjetiva e abrangente que se

forma em cada pesquisa. Buscou-se apontar as principais discussões e contribuições dos documentos analisados para as duas categorias de análise: desafios (representados pela cor rosa) e trajetórias (representados pelo multicolorido). Os números representam os IDs (numeração de cada documento) nessa pesquisa.

Portanto, os principais desafios identificados permearam:

- Aumentar a representatividade desses grupos minoritários: Ao longo da história, o acesso à educação superior no Brasil foi limitado a uma parte privilegiada da sociedade, deixando de fora, de forma predominante, negros, indígenas, pessoas com deficiência e membros de classes sociais menos favorecidas. Essa exclusão levou a uma sub-representação desses grupos no meio acadêmico. Apesar dos avanços conquistados, a batalha pela inclusão e representatividade persiste. É essencial que as instituições de ensino superior adotem e ampliem iniciativas que favoreçam a diversidade, assegurando que todos os setores da sociedade tenham acesso e possam expressar suas vozes no campo acadêmico (Menezes, 2024; Soares, 2020; Moreira *et al.*, 2024; Pace, 2019).

- Promoção da diversidade: Para a efetiva promoção da diversidade, é preciso romper com estereótipos históricos arraigados que se manifestam nas mudanças sociais, políticas e culturais. Por mais que se tenha obtido avanços quanto a esse aspecto, ainda se trata de uma caminhada inicial, dada a amplitude dos problemas relacionados a isso no âmbito da educação superior e na sociedade em geral (Oliveira, 2022; Zanela, 2024; Jesus, 2022; Dallapicula, 2023; Silva, 2019; Almeida, 2022; Nascimento, 2023; Padilha, 2021; Reis, 2008, Silveira, 2020; Carneiro, 2019; Nogueira, 2023; Quadros, 2015; Rodrigues, 2022; Pace, 2019).

- Melhorar e ampliar aspectos da acessibilidade: Aqui, se apresenta a carência e a necessidade urgente de se repensar os espaços acadêmicos quanto à acessibilidade. Apesar de também existirem avanços, ainda carece de evolução, não somente em aspectos de infraestrutura, mas também em capacitação da comunidade acadêmica, respeito entre as diversas culturas, entre outros (Oliveira, 2022).

- (Re)pensar métodos e práticas capazes de construir outras lógicas: Um desafio que busca a exploração de métodos que superem os formatos convencionais de ensino, fomentando uma educação mais dinâmica, cooperativa e em sintonia com as exigências atuais. Apesar de que metodologias aos poucos vêm sendo implementadas, há muito que se avançar em sua efetiva implementação, mas também que não envolvam somente os aspectos conteudistas da educação superior (Zanela, 2024; Santos, 2022; Ferreira, 2021).

- Romper com a estrutura colonial, que fundamenta as normas sociais e subalterniza as identidades desconformes: Torna-se um desafio essencial quando se discute gênero e raça na educação superior. É um obstáculo de extrema relevância, uma vez que as instituições de educação superior são fundamentadas em epistemologias ocidentais, influenciam os conteúdos dos cursos, currículos, as interações acadêmicas e a geração de conhecimento, muitas vezes como únicas e exclusivas fontes de conhecimento. Isso potencializa a marginalização de outros saberes (como, por exemplo, os indígenas), intensificando as disparidades sociais e culturais (D'Ávila, 2022; Almeida, 2022; Silveira, 2020; Santos, 2022; Ferreira, 2021; Carneiro, 2019; Nogueira, 2023; Quadros, 2015; Rodrigues, 2022; Carvalho, 2024).
- Articulação e implementação das políticas públicas de forma efetiva, visando à valorização docente de grupos minoritários: Professores de grupos minoritários (em especial mulheres negras, apontadas aqui) muitas vezes lidam com a falta de visibilidade em suas profissões e enfrentam dificuldades para obter reconhecimento por suas contribuições acadêmicas. A ausência de políticas que assegurem a devida valorização pode resultar em desmotivação e na exclusão desses profissionais do meio acadêmico (Menezes, 2024; Soares, 2020; Ferreira, 2021; Moreira, 2024; Pace, 2019).
- O fortalecimento de políticas de combate ao racismo e sexismo institucional nas universidades brasileiras: Envolve a transformação de estruturas históricas e culturais profundamente enraizadas no ambiente acadêmico, que perpetuam a discriminação, o sexismo e o racismo, e desencadeiam uma série de problemas nesse contexto. Criar políticas e implementá-las efetivamente que busquem combater o racismo e o sexismo nas instituições se torna urgente e necessário (Menezes, 2024; Dallapicula, 2023; Silva, 2019; Almeida, 2022; Nascimento, 2023; Silveira, 2020; Padilha, 2021; Ferreira, 2021; Carneiro, 2019; Carvalho, 2024; Pace, 2019).
- Reduzir/acabar com a violência contra grupos minoritários: Nesta pesquisa, em especial, uma discussão para o público mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ exige ações coordenadas e políticas públicas mais eficazes. Em um ambiente marcado pelo machismo e racismo, os estudos apontam que mulheres negras e indivíduos LGBTQIA+ se deparam com várias formas de violência de gênero nas universidades, tornando fundamental que essas instituições implementem políticas efetivas para a prevenção e combate a essas questões (Dallapicula, 2023; D'Ávila, 2022; Reis, 2008).

As trajetórias, por sua vez, se pautam em discursos que trazem principalmente:

- **Ausência de docentes de grupos minoritários:** A escassa presença de professores negros nas instituições de ensino superior do Brasil reflete desigualdades históricas e estruturais arraigadas na sociedade. Apesar de iniciativas como as cotas raciais terem aumentado o número de estudantes negros nas universidades, essa melhoria não se replicou de maneira similar no quadro de docentes. As trajetórias apontadas por meio de narrativas nos documentos analisados confirmam dados estatísticos que já vêm sendo publicados no Brasil². Os obstáculos históricos enfrentados por negros para acessar e permanecer no sistema de ensino, que vão desde a educação infantil até a pós-graduação, restringem a formação de futuros estudantes universitários, além do racismo estrutural e da ausência de Políticas de Inclusão no Ensino, por exemplo (Menezes, 2024; Soares, 2020; Moreira, 2024).

- **Conciliação da vida profissional e vida pessoal:** As trajetórias apontadas principalmente por mulheres negras apresentam uma sobrecarga de trabalho e a dificuldade de conciliar a vida profissional e a vida pessoal. Além de todas as exigências como mulher, esposa, mãe, a educação superior ainda exige, além de mulheres negras, por exemplo, que trazem em seus discursos que precisam sempre “fazer mais”, “ser mais”, “explicar mais” (Silva, 2019; Rodrigues, 2022).

- **Saberes subalternizados e localizados:** Amparadas pela influência de um modelo eurocêntrico, a academia tem deixado de lado e marginalizado os conhecimentos e epistemologias de grupos subalternos, como os indígenas, negros e comunidades tradicionais. Esse fenômeno gera a invisibilidade de saberes que não se enquadram nos padrões acadêmicos predominantes (Zanela, 2024; Silveira, 2020; Ferreira, 2021; Quadros, 2015; Rodrigues, 2022).

- **Capacidade profissional questionada:** Docentes de grupos minoritários, especialmente docentes negras frequentemente encontram sua capacidade pedagógica e conhecimentos questionados por colegas, especialmente por homens brancos, revelando um claro preconceito racial, mesmo possuindo alta qualificação em suas áreas. As profissionais relatam experiências de discriminação racial que permeiam suas vivências acadêmicas e profissionais, comprometendo sua autoestima e bem-estar no contexto universitário (Silva, 2019; Nascimento, 2023; Padilha, 2021; Ferreira, 2021; Carneiro, 2019; Nogueira, 2023; Quadros, 2015; Rodrigues, 2022; Carvalho, 2024).

² Para mais detalhes, acessar o Censo da Educação Superior disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>

- Fortalecimento de rede de apoio: As narrativas apontam trajetórias que se fortalecem em suas redes de apoio. Amigos e familiares tornam-se fundamentais no processo de luta e resistência das docentes negras e pessoas LGBTQIA+. As ações de enfrentamento podem levar ao adoecimento, dificuldades de interação no meio acadêmico e muitos outros problemas que foram evidenciados nos discursos. O fortalecimento da rede de apoio pode ajudar a superar esse quadro (Silva, 2019; Silveira, 2020; Rodrigues, 2022).

- Resistência: Nas trajetórias de mulheres negras e pessoas LGBTQIA+, um dos pontos das narrativas que se destacou foi a resistência. A dificuldade diária na busca por romper padrões, por sobrevivência e por mudança faz com que as pessoas lutem por direitos. Os discursos de resistência também trazem a ancestralidade e remetem à rede de apoio, à família e amigos que amparam e ajudam no processo de ser docente da educação superior brasileira (Silva, 2019; Almeida, 2022; Nascimento, 2023; Padilha, 2021; Santos, 2022; Moreira, 2024; Carneiro, 2019; Nogueira, 2023; Quadros, 2015; Rodrigues, 2022; Carvalho, 2024; Pace, 2019).

A diversidade vai além de ser apenas uma questão de equidade social; ela é fundamental para a construção da qualidade educacional. Ao reconhecer e valorizar distintas perspectivas, as instituições não só enriquecem o ambiente de aprendizado, mas também se preparam de maneira mais eficaz para desenvolver profissionais críticos e cientes de seu contexto. Em momentos de transformações sociais urgentes, a criação de um espaço inclusivo e justo deve ser encarada como uma obrigação ética, e não como uma alternativa.

Dessa forma, a eliminação de preconceitos raciais e a valorização de docentes de grupos marginalizados tornam-se essenciais para o avanço das nossas instituições de educação superior e, por conseguinte, da sociedade como um todo. Em suma, uma educação deve ser fundamentada na valorização da diversidade e no reconhecimento do potencial de cada indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo analisar o panorama dos estudos sobre questões raciais e de gênero relativas à docência no âmbito da educação superior brasileira. Ao longo desta pesquisa houve dificuldade em encontrar estudos comparativos acerca da prevalência de gênero e raça na docência superior, sublinhando os resultados que indicam um viés eurocêntrico no âmbito universitário.

A construção do conhecimento científico tem sido dominada pelo masculino, configurando um espaço de disputa entre os gêneros. Os achados são interpretados como representações do racismo presente na sociedade brasileira, caracterizado por formas de violência simbólica e estrutural, que perpetuam a crença na supremacia branca.

As duas categorias de análise aqui identificadas, *desafios e trajetórias*, buscam contribuir para o debate acerca das temáticas, com o intuito também de destacar as constatações empíricas de uma discussão que a literatura já vem aos poucos construindo.

As instituições devem se empenhar para cultivar uma cultura acadêmica que celebre a diversidade em suas diversas formas, incentivando diálogos ricos e frutíferos que abracem diferentes origens raciais, étnicas e de gênero. Portanto, o chamado à ação deve ressoar em todos os níveis, convidando-nos a refletir sobre como cada um de nós pode contribuir para uma academia mais justa e representativa.

É necessário mais do que palavras. É tempo de transformação efetiva e compromisso com a pluralidade e diversidade. Como sugestão para pesquisas futuras e limitações da pesquisa, entende-se que estudos em outras bases de dados são importantes para entender o caminho das pesquisas sobre gênero e raça na educação superior brasileira. O uso de uma única base de dados é uma limitação do método que pode ser explorada em pesquisas futuras. Além disso, a busca por publicações em bases de dados internacionais também pode ser um indicativo para a melhoria da abrangência dos resultados. Espera-se que outros estudos busquem realizar análises que apresentem pontos e contrapontos dos resultados aqui identificados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carla de Melo. **Nós, VOZ, elas**: mulheres professoras narrando suas vivências de desigualdade de gênero e raça no curso de Direito da Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Maranhão, 2022.

ARAÚJO, Luciana da Silva de; MEDINA, Patrícia. Racismo na escola e a formação docente para a educação das relações étnico-raciais. **Revista Exitus**, v. 14, p. 1-20, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOERS, Maarten. Graphics and statistics for cardiology: designing effective tables for presentation and publication. **Heart**, v. 104, n. 3, p. 192-200, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo

oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei n.º 12.990, de 09 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

CARNEIRO, Tatiane da Conceição. **Mulheres negras professoras doutoras inseridas nos cursos de pós-graduação em Educação e Relações Raciais.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, Samantha de Araújo. **A autoridade acadêmica das mulheres docentes da graduação em Direito da FDUFA, em 2023.** 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DALLAPICULA, Catarina. **Violência de gênero na docência: moral, hierarquia e poder na universidade pública.** 2023. Tese (Doutorado em Educação), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

D'ÁVILA, Isabella Campos Freitas *et al.* **Narrativas de docentes LGBTI+ no ensino superior: uma análise das repercussões da cisheteronormatividade nas identidades.** 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador. Editora: EDUFBA. 2008.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. *In*: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os Impérios tecem.** Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Ed. Lugar da História. Portugal. 2011, p. 273-283.

FERREIRA, Edimara Maria; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurelio Marques. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 303-315, 2022.

FERREIRA, Michel Alves *et al.* **Que verdades podem nos fazer livres?** desvelando discursos àmõtológicos de gênero e raça nos espaços das universidades. 2021. Tese (Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2021.

GALVÃO, Taís Freire; TIGUMAN, Gustavo Magno Baldin; SARKIS-ONOFRE, Rafael. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 31, p. e2022364, 2022.

HALL, Stuart. The work of representation. *In*: Stuart Hall (org). **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. Sage: London, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais** (Organizadora: Liv Sovik). Belo Horizonte: UFMG, 2003a.

JESUS, Stephany Mayara Souza de. **Um olhar complexo sobre as práticas criativas docentes no ensino superior para a compreensão e a ética do gênero humano**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Goiás (Brazil), Goiás, 2022.

MAYO-WILSON, Evan *et al.* Practical guidance for using multiple data sources in systematic reviews and meta-analyses (with examples from the MUDS study). **Research synthesis methods**, v. 9, n. 1, p. 2-12, 2018.

MORCELLE, Viviane; FREITAS, G.; LUDWIG, Zélia Maria da Costa. From school to university: an overview on stem (science, technology, engineering and mathematics) gender in Brazil. Quarks: **Brazilian Electronic Journal of Physics, Chemistry and Materials Science**, [s. l.] v. 1, n. 1, p. 40-52, 2019.

MOREIRA, Bruna Suene Silva et al. **“Onde estão, elas, na educação superior?”** Representatividade feminina, a partir dos campi do Continente/UFMA. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, 2024.

MENEZES, Lara Brasil de. **Trabalho docente: as professoras do direito do ensino superior público em uma perspectiva de raça e gênero**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2024.

NASCIMENTO, Júlia do. **Professoras negras no Ensino Superior no Amazonas: um olhar interseccional**. 2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Estado do Amazonas.

NOGUEIRA, Luana Brenda da Silva. **"A gente não deveria ter que se defender"**: os efeitos do patriarcado na atuação de mulheres docentes do Curso de Engenharia Civil da UFRN.

2023. Dissertação (Programa De Pós-Graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2023.

OLIVEIRA, Luiza Cátie da Rosa. **Trajetória de professoras surdas no universo docente do ensino superior**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2022.

PACE, Ângela Ferreira *et al.* **O papel das comissões de heteroidentificação, como mecanismo efetivo de seleção de negros aos cargos das universidades públicas federais**. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

PADILHA, Glaucia Santana Silva. **O afropioneirismo de mulheres na educação superior em São Luís do Maranhão**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2021.

PAGE, Matthew J. *et al.* **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews**. BMJ, v. 372, 2021.

PRISMA. **Transparent Reporting of Systematic Reviews and Meta-Analyses**. 2020. Disponível em: <https://www.prisma-statement.org/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

QUADROS, Taiana Flores de. **Vida de mulheres negras, professoras universitárias da Universidade Federal de Santa Maria**. 2015. 100f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Mulheres negras e professoras no ensino superior, as histórias de vida que as constituíram**. 2008. 200 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Elida Regina Nobre. **Professoras negras e suas autorias: um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em universidades públicas do Sul do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2022.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira dos. **Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense**. 2022. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Érika Costa. **Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências**. 2019. 101 f. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVEIRA, Tainá Melo. **Docências negras no ensino superior: o caso da Universidade Federal de Pelotas**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

SIQUEIRA, R. F. B. *et al.* A presença de docentes mulheres em cargos gerenciais nas universidades federais do estado de Minas Gerais. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 49-69, 2016.

SOARES, Cristiane Barbosa. **Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior**: representatividade, visibilidade e resistência. 2020.

STOVOLD, Elizabeth *et al.* Study flow diagrams in Cochrane systematic review updates: an adapted PRISMA flow diagram. **Systematic reviews**, v. 3, p. 1-5, 2014.

ZANELA, Maria *et al.* **Travestilidade e ancestralidade: experiências racializadas e generificadas-por uma Pedagogia do Campo-Pista**. 2024.

Histórico Editorial

Submetido: 22 de abril de 2026.

Publicado: 05 de janeiro de 2026.

Minicurrículo

Pós-Doutora em Educação (PUCRS), Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Administração, Graduada em Administração e em Pedagogia. Professora da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Líder do grupo de pesquisa (UFMT/CNPQ): Competências e Interculturalidade na Educação (GCIE). Temas de interesse: Interculturalidade, Decolonialidade, Gênero, Relações étnico-raciais e Competências.

Contribuições de autoria: Elaboração da pesquisa, aplicação, análise dos resultados e escrita do artigo.

E-mail: fabiane.clemente@ufmt.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9747085174436234>

COMO CITAR - ABNT

CLEMENTE-SALLES, Fabiane Aparecida Santos. Gênero e raça na docência da educação superior brasileira: um mapeamento sistemático do campo científico de produção de conhecimento. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 16, e026006, 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2853>

COMO CITAR - APA

CLEMENTE-SALLES, F. A. S. (2026). Gênero e raça na docência da educação superior brasileira: um mapeamento sistemático do campo científico de produção de conhecimento. *Revista Exitus*, 16, e026006, p. 1-21. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2853>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.